

Cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique

Tubias Benedito Borge Capaina *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

RESUMO

O presente texto aborda sobre a cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique, submetendo a emergência do pensamento moçambicano no contexto da unidade nacional. O pensamento africano iniciou de várias maneiras e não teve uma origem única, cada um foi influenciado pelo contexto em que vivia. É importante entender a dimensão epistemológica do projecto pós-colonialismo e identificar a construção da forma legitimada sobre a história do outro. O colonialismo não representava apenas a forma de opressão física, econômica, sobre o outro, mas também a forma de pensar o outro, não se trata apenas de questões raciais, mas de um sistema de revelações de poderes ideológicos e científico. O colonialismo como sistema impõe um conjunto de imagens sobre a inferioridade do negro pelo branco. Depois trouxeram a ciência para mostrar ou exemplificar a posição e as suas construções psicológicas sobre a dominação do outro. Haverá um dia em que os dominados irão lutar contra os dominantes. O objectivo deste artigo foi de mostrar uma posição em terno da definição do conceito de cultura para percorrer nas artérias do pensamento africano em dois momentos distintos. Foi um estudo através do levantamento bibliográfico e análises do autor. Constatou-se que os símbolos são expressões da vida que si enquadram no comportamento social, pelo que se tornam formas comuns de expressão de acções dos membros da sociedade. A cultura é social, estável, dinâmica, selectiva, um mecanismo coercivo, universal, determinante e determinada.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura, Símbolos, Identidade, Colonialismo

Culture and identity in the colonial and post-colonial period in Mozambique

ABSTRACT

This text addresses culture and identity in the colonial and post-colonial period in Mozambique, presenting the emergence of Mozambican thought in the context of national unity. African thought began in several ways and did not have a single origin, each person was influenced by the context in which they lived. It is important to understand the epistemological dimension of the post-colonialism project and identify the construction of the legitimized form of the other's history. Colonialism not only represented the form of physical and economic oppression of the other, but also the way of thinking about the other, it is not just about racial issues, but a system of revelations of ideological and scientific powers. Colonialism as a system imposes a set of images about the inferiority of black people to white people. Then they brought science to show or exemplify the position and its psychological constructions on the domination of others. There will be a day when the dominated will fight against the dominant. The objective of this article was to show a position in terms of the definition of the concept of culture to travel through the arteries of African thought in two distinct moments. It was a study through bibliographical research and analyzes by the author. It was found that symbols are expressions of life that fit into social behavior, meaning they become common forms of expression of actions by members of society. Culture is social, stable, dynamic, selective, a coercive mechanism, universal, determining and determined.

KEYWORDS

Culture, Symbols, Identity, Colonialism.

1.Introdução

O início pela preocupação do nacionalismo a partir dos primeiros anos do Séc. XX começa os primeiros pensamentos estruturados, com a divisão territorial na conferência de Berlim, a abolição da escravatura na América, mas isso não representava o fim da

* Docentes da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique, Graduado em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Investigador Independente.

segregação racial. Os “negros” não tiveram estatutos logo de imediato, ainda se precisava de uma reformulação do estatuto para os negros, eles deixaram de ser escravos, mas precisavam trabalhar para se sustentar aí surge a ideia de lutar pelos direitos iguais, por isso alguns defendiam os direitos dos negros nos lugares onde se encontram e outros fora dos lugares em que se encontram. A democracia não é nossa, as pessoas mesmo com o poder de estado elas vão se submeter com outras formas de poder (a magia, feitiçaria e religião). A revelação de um estado não é por aquilo que vai fazer no seu estado, mas o que o estado traz por isso temos de tornar o homem branco num objeto de estudo, identificar as pessoas que reagem contra a democracia.

A existência dos mistos evidencia as relações que os brancos tiveram com as suas colônias, a cultura como sendo algo abstrata é necessário entender a parte concreta, por isso para alguns, a cultura é entendida como redes complexas de relações sociais partindo de uma estrutura. Nisto, a Antropologia inicia a partir da explicação dos dados porque as descrições todas podem fazer, mas as explicações têm a ver com instituições sociais, desde como eles vivem, as suas regulamentações no cotidiano. Porém, A Antropologia dá a conhecer as formas de organização social, análises sociais a partir dos métodos de investigações e ferramentas conceituais – vocabulários, abreviaturas e diagramas – usados para explicar fenómenos culturais e humanos. Onde, o homem é um animal simbólico de natureza, pois todas as suas ações resumem se em representações simbólicas, e essas representações são feitas de forma contextuais e que só fazem sentido dentro de um contexto específico.

O presente artigo contém a introdução propriamente dita, inicia com a discussão sobre o conceito e características da cultura, avança para a cultura e identidade no período colonial, deságua na cultura e a identidade no contexto pós-colonial, apresenta as considerações finais e por fim as referências bibliográficas.

2. Conceito E Características Da Cultura

Para Crespi (1997:13), as origens históricas do conceito científico de cultura foi inicialmente usado sobretudo para referir o processo de formação da personalidade humana através da aprendizagem, que os gregos designavam utilizando o conceito de “*paideia*”, em tal contexto o indivíduo considerado “culto” é aquele que assimilando os conhecimentos e valores socialmente transmitidos, consegue traduzi-los em qualidades pessoais. Este mesmo conceito é igualmente usado na Roma antiga: com efeito, a

palavra cultura deriva do latim *colere*, que indica inicialmente a ação de cultivar a terra e criar o gado.

O termo é sucessivamente alargado, em sentido metafórico do espírito até à da língua, da arte, das letras e das ciências. Segundo o mesmo, com a afirmação do iluminismo o termo cultura, sofre um ulterior alargamento do seu significado, vindo a integrar inclusivamente o património universal dos conhecimentos e valores formativos ao longo da história da humanidade e que, como tal, é aberto a todos, constituindo, enquanto depósito da memória coletiva, uma fonte constante de enriquecimento da experiência.

A cultura é um conceito que está em crise, e deve ser reformulado devido ao próprio processo de globalização em que estamos mergulhados (Fabietti, 2002:51, citado por Martins (2009:43). Para Arnold (1869), citado por Martins (2009:45), definiu cultura como o conseguimento da perfeição, que implica uma condição interna da mente e do espírito (doçura e luz), através do bom e do melhor que se pensou e se diz na história. De acordo com Vieira citado por Siliya (1996:41), cultura é a dança, mas não só dança. Cultura é uma concepção do mundo, é uma maneira de agir sobre o mundo, é também a arte, mas não só a arte. A cultura é um conceito total e é um conceito de inovação. É uma tensão para o progresso.

Na perspectiva da UNESCO (1982, citado por Siliya, 1996), o termo cultura refere-se não no sentido restrito das belas artes, literatura e filosofia, mas as características distintivas e específicas e a maneira de pensar e organizar a vida de cada indivíduo e comunidade. Por isso, cultura cobre a criação artística, bem como a interpretação, execução e circulação das obras de arte, cultura física, desporto, jogos e atividades ao ar livre e também as formas de como uma sociedade e os seus membros exprimem os seus sentimentos para com a beleza e harmonia, a sua visão do mundo, como também os modos de criação tecnológica e o controle do seu ambiente natural” (UNESCO, 1982 *apud* Siliya, 1996:40).

Para Tylor (1871), citado por Martins (2009:45), definiu de forma descritiva a cultura como sendo: o conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. A definição avançada por Tylor (1871) é uma das primeiras tentativas para uma definição científica de cultura ou de elaboração de um conceito capaz de delimitar de um modo suficientemente rigoroso, o âmbito dos fenómenos culturais enquanto objeto de análise das ciências sociais (Crespi, 1997:13).

Os conceitos acima enunciados são convergentes, na medida em que mostram-se característicos de uma coletividade, dado que o ser humano busca suportes dos modelos culturais a partir do nascimento, infância, adolescência, fase adulta até a sua morte, pois a experiência existencial do ser humano integra a cultura, fornecendo-nos diferentes situações históricas sociais, aplicação e representação de significados determinados que cumprem uma função de redução da complexidade sobre o que seria a cultura na contemporaneidade.

A cultura quanto à redução não esgota a complexidade do real e da experiência vivencial, supondo que esta pode ser uma das razões pelas quais as formas culturais se modificam conforme o tempo e várias situações sociais. A cultura enquanto produto humano, implica consciência, vontade e liberdade, tonando-se em uma tarefa social, pertencentes as comunidades, por meio de experiências vividas pelos homens e mulheres através da história, que forma o património cultural de um determinado povo, sendo esta transmitida de geração para geração e não biologicamente, pois ela é adquirida através de um processo de aprendizagem e socialização designados por enculturação ou endoculturação, é um modo de vida total e não apenas elementos parciais de usos e costumes.

A cultura é um fenómeno que apresenta várias características e elementos no processo da sua construção e edificação. Para Martinez (2009), a cultura possui cinco características principais, nomeadamente: a cultura é simbólica; a cultura é social; a cultura é estável e dinâmica; a cultura é seletiva; a cultura é universal e regional; e por último, a cultura é determinante e determinada.

Em relação à primeira características, o símbolo é uma chave para compreensão da cultura pois o homem vive entre dois espaços, dois mundos que se completam: o mundo do referente que diz respeito ao espaço exterior; o mundo simbólico ou o espaço imaginário como afirma Levi-Strauss (1962), o problema do simbólico toca a cultura e a sociedade na sua globalidade, dado que a cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos constituindo um conjunto de comunicações (Martinez, 2009:49). Para Inada (2011) citando Laplanche e Pontalis (1991), existe certa dificuldade em delimitar um uso estritamente psicanalítico para o termo simbolismo, devido à sua estreita ligação com a teoria freudiana; aos diversos sentidos que são atribuídos às palavras simbólico, simbolizar e simbolização; aos problemas relacionados à questão do pensamento simbólico, daí que estes distinguem dois sentidos atribuídos ao simbolismo no interior do discurso freudiano: um lato e outro restritivo.

Para Cassirer (1971-1985), citado por Moura (2000), o homem é por natureza um animal simbólico pois tudo que faz carrega consigo um significado, significado este passível de ser representado. E geralmente as representações não são abstratas, isto é, nós não representamos algo que não conseguimos ver ou que não existem no nosso contexto. E segundo (Durand, 1993), a vida do homem sempre constituiu uma representação e para tal a consciência representa o mundo de duas formas: direta e indireta. Em sentido lato, trata-se de um comportamento ou pensamento que, embora apareça ao sujeito sob determinada forma, seu significado real lhe é oculto, isto é, de modo mais geral, empregamos o termo “simbólico” para designar a relação que une o conteúdo manifesto de um comportamento, de um pensamento, de uma palavra, ao seu sentido latente.

A representação direta é aquela em que a coisa ou o objeto a ser representado existe em si na forma física, enquanto a indireta por vários motivos o objeto não existe no seu estado físico podendo recorrer a uma imagem para representá-lo, por exemplo: a recordação da nossa infância, e a ideia que temos acerca de Deus (Durand, 1993). De salientar que essas duas formas de representar o mundo não são excludentes, pelo contrário, podemos fazê-las em simultâneo. E é nessa perspectiva das representações que chegamos até ao símbolo, este que por sua vez pertence a categoria dos signos, e o signo é uma economia de palavras que nos remete a um significado verificável; existem dois tipos de signos, os arbitrários e os alegóricos, sendo que os primeiros remetem-nos a uma ideia da realidade susceptível de se apresentar, enquanto os últimos (alegóricos) remetem-nos a ideia de algo que não se apresenta no mundo visível, e é desta forma que chegamos até a imaginação simbólica propriamente dita – isto quando o significado não é de modo algum apresentável e o signo pode referir-se a um sentido e não a uma coisa sensível, por exemplo, o mito escatológico patente na obra *Fedon*. De acordo com (Durand, 1993: 10):

Podemos definir o símbolo, como qualquer signo concreto que evoca, através de uma relação natural, algo ausente ou impossível de perceber, ou ainda, como Jung: A melhor forma figura possível de uma coisa relativamente desconhecida que não conseguíamos designar inicialmente de uma maneira mais clara e mais característica.

No seu sentido restrito, o simbolismo, segundo De Oliveira (2011) citando Laplanche e Pontalis (1983), é compreendido pela representação que se distingue pela constância da relação símbolo e simbolizado. Assim, vale também descrevermos símbolo,

que é o responsável por fazer a passagem entre o concreto e o abstrato, ou seja, entre o objeto real conhecido e sua significação subjetiva. Embora seja possível distinguir na totalidade das obras freudianas duas concepções de simbolismo, isso não significa que são contraditórias. Pelo contrário, complementam-se, na medida em que uma parece esclarecer os pormenores da outra, é importante referir que o significado de cada símbolo só é passível de ser interpretado ou representado por aquele que sonha, mas esse conhecimento que vai atribuir ao sonho não é consciente, pelo contrário, é inconsciente, e para decifrar o inconsciente é necessário fazer uma livre associação. “A técnica dos símbolos suplementa a técnica associativa e produz resultados que apenas possuem utilidade quando subordinada a esta” (Freud, 1915-1916, citado por De Oliveira, 2011).

Na perspectiva aqui apresentada, entende-se que o símbolo é um fenómeno físico que é atribuído significado por aqueles que o utilizam, mas o seu significado não é atribuído, arbitrariamente, pela fantasia ou imaginação de um indivíduo, pois os símbolos são expressões da vida que se enquadram no comportamento social, pelo que se tornam formas comuns de expressão de ações dos membros da sociedade. Desta feita, enquanto sinais os símbolos podem ser: Naturais, aquelas que a própria natureza fornece, por exemplo: o fumo é sinal do fogo; convencionais, atribuídos livremente num determinado contexto cultural, sem olhar a sua afinidade natural, por exemplo, a linguagem e simbólicos, aqueles usados nos ritos com determinados significados que podem ser objetos, eventos, pessoas, relações, gestos, lugar, período de tempo, cores, música, luzes (Martinez, 2009:51).

O seu carácter simbólico permite com que ela seja comunicada entre os membros da sociedade, os hábitos, costumes, padronização de comportamentos, processos de transmissão e de mudança são processos sociais. Nisto, a cultura pertence à sociedade, pois ela representa uma conquista e um cúmulo de conhecimentos, ou seja, o património cultural que a sociedade foi formando durante toda sua história. Cultura é social quanto aos agentes dos processos de transmissão e aprendizagem, uma vez que, quem transmite age em nome da sociedade e quem a recebe, o faz como indivíduo e como membro de um grupo com status próprio na sociedade, Martinez (2009:53).

Em relação à segunda característica, a cultura é estável e dinâmica. A característica estável da cultura reside na tradição e na institucionalização de padrões de comportamentos mediante a uma expressão através da função normativa do controlo social, do carácter institucional e dos padrões de comportamento (Martinez, 2009:54-55). O mesmo salienta ainda que o fator estável da cultura, implica refletir sobre a

autenticidade cultural que faz pensar no conceito de cultura original como se fosse uma entidade pura, uma vez que sempre há a um elemento estável que de alguma maneira a protege dos inevitáveis processos de mudança. Torna-se dinâmica no sentido da sua permanente vitalidade que se materializa em processos de mudança e transformação. Este autor ressalta que por lei de vida, a cultura muda como um ser vivo que cresce e se vai transformando-se constantemente pelo que, “a cultura que se fecha à mudança, permanece ela sozinha”. No entanto, trata-se de mudanças que consideramos estruturais, pois é próprio da cultura o movimento interno de funcionamento e de crescimento, reformulando-se, constantemente.

Em relação à terceira característica, a cultura é seletiva. O processo seletivo nasce do contato entre diferentes culturas podendo ser fundamental na reformulação cultural, este decorre a partir da avaliação dos novos elementos vai até a aceitação ou rejeição dos mesmos na cultura em causa. O resultado é um determinado elemento ou elementos culturais que são selecionados e integrados na cultura seja de forma consciente ou inconsciente (Martinez, 2009:56).

Em relação à quarta característica, a cultura é um mecanismo coercivo. A cultura é universal pois nunca foi constatado pela história a existência de seres humanos desprovidos de cultura pelo que não há povos sem cultura nem homens incultos, qualquer outra afirmação em contrário é simplesmente etnocentrismo e cegueira intelectual. Considerar cultura enquanto um fenómeno universal é o mesmo que referirmo-nos aos aspectos que são comuns a todas as culturas e que determinamos “universais culturas” (Martinez, 2009:58). Adicionalmente, este autor sublinha que cultura é regional ao referir-se as formas diferentes de um mesmo fenómeno cultural ou as ditas culturas particulares onde encontram-se várias instituições familiares, sociais, políticas, económicas e religiosas; embora estes aspectos todos apresentam um carácter universal da cultura nas suas formas concretas de inserção.

Em relação à última característica, a cultura é determinante e determinada. A cultura faz o Homem e este faz a cultura, sendo que esta impõe-se aos indivíduos e estes pouco podem fazer no sentido de fugir dos padrões culturais. Cultura determina, em parte, o comportamento humano e dela depende a sua padronização. O seu carácter determinante permite o estudo científico do comportamento que visa a regularidade ou leis do comportamento humano; o status social do qual depende a normalização do comportamento; e o próprio comportamento no seu devir contextualizado. Esta é determinada pelo homem à medida que o mesmo é o agente ativo da própria cultura a

partir das mudanças por si provocadas, as modificações geofísicas, sociais, demográficas, económicas ou políticas, sendo que cada geração vai processando as próprias reformulações culturais, Martinez (2009:59). E o símbolo como uma forma de representar o mundo apresenta-se em três dimensões, a cósmica, onírica e a poética.

A primeira dimensão recolhe as figuras do mundo visível ou que nos rodeia, a segunda diz respeito a raiz das figuras do mundo visível na mente que a posterior surge como sonhos e recordações, que mais tarde através da dimensão poética, remete a linguagem o que foi enraizado na mente para ser transmitido. É importante referir ainda que o símbolo carrega de dois lados: o significado e o significante, o que Cassirer (1971-1985), citado por Moura (2000), chamou de duplo imperialismo do símbolo. Por exemplo, tomemos como símbolo “Jesus Cristo”. O significante é Jesus Cristo como tal e o significado são as interpretações que nós damos a Jesus, e isto varia de contexto para contexto. Em Moçambique, Jesus pode significar Senhor e Salvador pessoal, no Brasil, Jesus pode significar redentor, assim como em outras partes do mundo o significado que lhe atribuem varia, como é o caso de Príncipe da Paz, Eterno, Poderoso, entre outros.

Diante destas cinco características, importa tecer algumas notas em torno das características da cultura. Fazendo uma reflexão em torno das características da cultura, importa referir que estas complementam-se entre si. Não obstante, olharemos para cultura como sendo um produto humano, que implica consciência, vontade e liberdade, uma tarefa social, pertencente à comunidade e é um conjunto de hábitos e costumes, experiências vivenciais que formam o património cultural de um determinado povo, transmitida de geração em geração através de um processo de aprendizagem e socialização designados por enculturação ou endoculturação.

A cultura como símbolo, é acompanhada por um aspecto social que vem estabelecer-se através da ação e do significado, pois, desempenha um papel importante na transmissão de saberes e comunicação entre indivíduos em sociedade, visto que existem sinais ou símbolos que orientam a conduta e comportamentos dos indivíduos em diferentes comunidades. Por exemplo, as tatuagens faciais da etnia Maconde simbolizam na cultura Maconde a passagem de um indivíduo por um determinado ritual. Elas transmitem certas informações que o indivíduo que não pertence a essa comunidade não saberia desvendar ou ler tal informação, e a pessoa submetida ao tal ritual tem um certo comportamento e conduta a seguir em sociedade.

Outro exemplo, diz respeito a cor branca que universalmente simboliza paz, mas no contexto de certas crenças religiosas no nosso país (Religião Rastafari) ela simboliza

luto. Portanto, os símbolos tendem a ser contextuais e mais ainda um significante pode ter inúmeros significados ou interpretações assim como ilustramos nos exemplos supracitados. A cultura é estável, ela reside na tradição e na institucionalização de padrões de comportamentos mediante a uma expressão, através da função normativa do controlo social, onde percebe-se, no entanto, que cultura é a lente pela qual os indivíduos vêem o mundo que os rodeia, e a partir do processo de socialização, estes inserem-se na sociedade comungando mesmos valores, princípios, padrões e normas sociais estabelecidas, apesar de alguns indivíduos pautarem por comportamentos desviantes. Para Silyia (1996:64):

As tradições são as condições duradouras de vida que constituem bases seguras e estáveis para a existência de modos de vida de povo e que servem de ligação para o nascimento de valores nos hábitos, costumes e atitudes de uma sociedade que se transmite de geração em geração. A sua reprodução ou continuidade chegou a sobreviver durante séculos e séculos, não sofrendo modificações ou introdução de novos elementos, segundo as necessidades e condições existentes em cada época da vida humana. As tradições desenvolvem-se, renovam-se e adquirem novos valores, devido às transformações que se verificam em cada época do desenvolvimento de cada sociedade.

Segundo Siliya (2009), na sociedade tradicional moçambicana a zona Sul do país o "lobolo" corresponde ao símbolo ou gesto de compra da noiva ou preço fixado pelo qual se obtém a noiva, era a base fundamental e a condição dos casamentos tradicionais. Variando de zona para a zona, o "lobolo" ia desde a entrega de produtos correspondentes a valores simbolicamente fixados até à entrega de dinheiro, sendo que este passou por um processo de renovação, adquirindo novos valores devido as transformações que se verificam na contemporaneidade.

De acordo com Moura (2000), a prática do "lobolo" torna-se dinâmica, na medida em que não se mantém constante e nem cristalizada, pois esta é dinâmica e transforma-se de geração em geração, de acordo com contextos específicos de cada sociedade. Sendo, o "lobolo" uma prática cultural constitui-se, por um lado, sistemas e padrões de vida e comportamentos típicos em que cada membro, que integra numa determinada cultura, deve segui-los, conformar-se com eles ou apropriar-se de algumas normas específicas dessa cultura, e é nessa perspectiva que as interpretações acerca dos símbolos podem ser vistas a dois níveis: hermenêuticas redutoras e hermenêuticas instauradoras.

Na visão do mesmo autor, as hermenêuticas redutoras pretendem explicar o símbolo de forma exaustiva, partindo de uma disciplina específica e reduzindo a um

conceito muito simples, através de análises diretas, simplistas e reducionistas. Enquanto as hermenêuticas instauradoras analisam o símbolo de forma complexa, o símbolo ganha pluralidade, ao mesmo tempo que deve ser entendido dentro de um contexto específico. O processo seletivo da cultura é descrito a medida em que indivíduos de culturas distintas comungam o mesmo espaço e ambos vivem de forma (in) voluntária e captam as características um do outro. De outro modo, pode encontrar-se casos em que algumas culturas captam mais que transmitem as suas formas culturais.

A captação e/ou seleção poderá decorrer de forma consciente ou inconsciente as ações dos indivíduos. Neste sentido, em sociedades que produzem as telenovelas e as que captam a informação, a dado momento a interação não têm sido recíprocas. Quanto sua regionalidade refere-se à particularidade das culturas por regiões, ou seja, grupos específicos com atuações culturais distintas, porém reconhecidas. Quando se refere a cultura enquanto um agente determinante e/ou determinado, está a falar-se que tanto o homem assim como a cultura estes têm uma relação interdependente daí que estas esferas se correlacionam com a universalidade cultural. Pois assume-se que as ações culturais acontecem devido a interferência do homem e o homem existe pelo simples facto do reconhecimento cultural.

Para Siliya (2009), os homens relacionam-se entre si na sociedade no processo de realização de várias atividades de acordo com as necessidades. Neste contexto, para que esse relacionamento seja lógico, formal ou informal, e obedeça a determinados critérios ou normas, por exemplo são concebidos valores de vida e comportamentos que devem ser seguidos por todos. Esse é um tipo de relações sociais como, por exemplo o respeito aos mais velhos, o respeito a determinados locais históricos e de culto, a observância à lei, participar nos ritos e cerimónias, etc. Então é assim que os homens na sociedade têm, sem dúvida, determinados tipos de relações políticas, económica e socioculturais dentro da sua ordem social estabelecida.

3.Cultura e identidade no período colonial

A cultura e identidade no período colonial deve ser analisada no quadro da antropologia como instrumento do projeto colonial. A antropologia do simbólico (símbolo), surge como ciência no Século XIX assim como muitas outras ciências. E dedicava-se ao estudo da religião, onde questiona, se os ditos povos primitivos têm ou não religião? Constituindo-se assim em uma ciência instrumentalista, visto que ela nasce da colonização. Por isso é legítimo chamar de consultores sociais. Estão abertos para

qualquer campo social, têm ferramentas capazes de agir, entender e explicar as causas das relações sócias. Mas não implementam nada, apenas colhem colecionam os dados. As pessoas pensam diferente, por isso o bem pode ser mau para outro, Copans (1981).

Para Tylor (1832-1917), a religião teria surgido nos povos ditos primitivos através dos sonhos, onde estes tentavam entender ou interpretar os significados dos sonhos depois de acordar, e sendo assim a religião é entendida como uma construção intelectual e uma produção coletiva, visto que o homem tentava representar os seus sonhos assim que acordasse.

O estudo da cultura despertou interesse vários teóricos, ao longo dos tempos. Heródoto (484-425 a.C.) foi um grego e descrevia povos sobre os quais ele via, sob o ponto de vista ideológico e explica as formas de organização social, o Deus sobre os quais eles acreditam a partir dos seus pressupostos, daí a origem etnocêntrica, afirmando a existência de povos com culturas superiores. Este historiador é tido como o pai da antropologia, pois, em algum momento ele descreveu a diversidade cultural, embora dando ênfase para a diferença social. Século XIX, antropologia se constrói como ciência, dedicada aos estudos das sociedades exóticas, selvagens, de pequenas dimensões, sem o uso da moeda nas suas trocas comerciais. O método introduzido é a comparação, conhecido como método comparativo. O tipo de antropologia desenvolvida foi a do gabinete, onde se especula sobre o outro.

Para além de Heródoto (484-425 a.C.), outros teóricos se descartaram, como Frazer (1854-1941), que personaliza o evolucionismo. No período das suas pesquisas, a Europa determinava o poder sobre tudo onde a igreja esteve no topo, houve a preocupação em se saber se o exótico teve deuses, a questão da racionalidade, até que ponto as cerimônias que eles fazem tem impacto. Importa ainda destacar Edward Tylor (1832-1917), teórico que desenvolveu as teorias das religiões explicando as religiões dos primitivos, afirmando que a religião surge a partir do momento em que eles sonhavam e a partir deste espanto os primitivos foram inventando argumentos que iam além do físico e que teve um impacto sobre os primitivos, com isso deu início a construção social e mental dos primitivos decisivos dos processos que interferem no cotidiano. Por isso inventou-se os seus rituais, os tótemes, ídolos, entre outros.

A Antropologia dá a conhecer as formas de organização social, análises sociais a partir dos métodos de investigações e ferramentas conceituais – vocabulários, abreviaturas e diagramas – usados para explicar fenómenos culturais e humanos. O antropólogo é um cientista que estuda casos antes do nascimento do indivíduo e os

fenômenos após a sua morte. A socialização inicia com o nascimento e termina a morte, mas o antropólogo vai além dos fenômenos materiais. A cultura na perspectiva antropológica vai além do material, focando aspetos espirituais. Para Freud (1915-1916), citado por De Oliveira (2011) existe uma série de símbolos considerados universais por serem encontrados em quase todas as culturas, tais como: corpo humano como um todo, os pais, os filhos, irmãos e irmãs, nascimento, morte, nudez, entre outros. Por exemplo, o nascimento é quase sempre representado por algo relacionado à água; e morrer tem relação com partir, viajar de comboio.

As duas dimensões do simbólico são diferentes mais não excludentes, por isso são complementares, o homem, sendo um animal simbólico interpreta, representa o mundo que o rodeia, é importante ressaltar que essa complementaridade entre símbolo e simbolismo, ainda que exista uma objecção visto que o simbolismo por causa da forte influência da psicanálise de Freud faz as suas interpretações tendo como ponto de partida os sonhos, enquanto o símbolo parte de uma imagem, e isto deve-se ao facto do símbolo apresentar dois lados, o que Cassirer (1971-1985), chamou de *duplo imperialismo*: significado e significante. O homem é um animal simbólico de natureza, pois todas as suas ações resumem-se em representações simbólicas, e essas representações são feitas de forma contextuais e que só fazem sentido dentro de um contexto específico.

Para Siliya (1996), quando os portugueses chegaram à atual Ilha de Moçambique em 1498, a sua presença não tinha influenciado na altura os povos Bantus que viviam nesta zona, principalmente as populações que viviam no interior da África Oriental. Com o andar do tempo a presença portuguesa começou a ser marcada pela construção de algumas fortalezas ao longo da costa. Ainda a mesma autora, acrescenta que:

É verdade que a presença portuguesa na altura tinha como objectivo principal estabelecer pontos de referência e de apoio marítimo para garantir os contactos comerciais entre Europa e a Ásia através da África Oriental que também tinha já desenvolvido o comércio de ouro e de marfim. No entanto, a partir do princípio do século XVIII os portugueses concentraram os seus esforços na conquista do centro da bacia do Zambeze, numa tentativa de capturar o fluxo do ouro das então famosas minas do Monomotapa. O comércio de escravos, no Século XVIII, que chegou a tornar-se a actividade dominante nessa altura, teve consequências devastadoras na vida social dos africanos que já estavam numa fase de desenvolvimento (Siliya, 1996:44-45).

O mesmo sublinha que os povos que os portugueses encontraram no território hoje denominado Moçambique, tinham as suas culturas típicas que os diferenciavam dos outros povos do mundo. Eles tinham os seus modos de vida específicos e possuíam uma

forma concreta de visão sobre o mundo, isto é, tinham as suas manifestações religiosas ou crenças. De acordo com João (2000), até à última década do Século XIX, o poderio português no Norte de Moçambique era, fundamentalmente, marítimo, sem meios para ocupar e dominar os territórios do interior. Por isso esteve em espaços restritos, sempre a costa, como ilustra as seis vilas costeiras de Mocimboa, Pangane, Lumbo, Quissanga, Montepuz e Arimba e nas ilhas e ilhéus do Oceano Índico, como o Arquipélago das Querimbas. Dois outros exemplos mostram a ausência dos portugueses no interior de Cabo Delegado: a livre circulação dos traficantes de escravos e a passagem não controlada dos britânicos. Um dos aspetos a considerar é pelo fato desta região Chiúre, para além de ser uma zona por onde transitava as caravanas, conseguiu representar um polo de atração para a agricultura e facilitar a segmentação das chefaturas e das linhagens.

No processo de implementação da política administrativa colonial, Portugal não ficou ausente dos seus empreendimentos. Foram criadas novas instituições as regedorias. Uma vez terminado o mandato da companhia de Niassa, Portugal retomou a divisão territorial anterior e tentou adaptá-las a nova realidade. No primeiro momento integrava as estruturas pré-coloniais no sistema administrativo, mas no segundo momento Portugal marginaliza os chefes legítimos, substituídos pelos traidores, cozinheiros, antigos soldados ou “sipaios”. Foram assim criadas novas camadas sociais, as que foram confiadas as tarefas específicas, forçadas pela ocupação moral e matéria.

De acordo com João (2000), o caso do Régulo Abdul Kamal é exemplo da dualidade da política indígena em Cabo Delegado, ele combina simultaneamente os dois tipos de características procuradas pelo estado colonial para assegurar o seu domínio. Foi através da sua posição social que este regulo. Ele conseguiu desenvolver os seus negócios. A sua participação na atividade econômica, nomeadamente comercial, criou ódios e invejas por parte dos colonos locais com quem ele cometia com sucessos, o que terá estado na origem de conflitos. Na qual será peso e morto sub pretexto de traição por parte da PIDE, alegando que a proveniência dos seus camiões teria obtido por meio da graça do seu envolvimento com anticolonialista.

4.Cultura e a identidade no contexto pós-colonial

A modernidade como construção de uma mesma realidade, vai além da estratificação, ela é dinâmica e por esta razão todas as sociedades se transformaram para o melhor. A relação tecnológica também foi influenciada pelos padrões culturais. Ex.:

alguns inventos que aconteceram na Europa tiveram origem fora da Europa, o caso do chá na Índia e a pólvora na China. Mas todos esses produtos foram indignados, ou seja, apropriação dos valores do outro, negando a existência de várias modernidades ou modernidade específica. O símbolo sempre fez parte da vida do homem desde os tempos pretéritos, visto que o homem por natureza é um animal simbólico como afirma Cassirer, na medida em que todas as suas ações são representadas sob forma de símbolo, e isto aconteceu quando o homem descobriu que não pode mudar a natureza das coisas e aí passa a agir segundo as suas emoções, ilusões e sonhos. É nessa perspectiva das emoções, ilusões e sonhos que chegamos ao simbolismo, sobretudo o freudiano, visto que para Freud cada símbolo tem significado ou conhecimento para a pessoa que sonha, mas este conhecimento é inconsciente e ao acordar o homem vai tentar interpretar, usando símbolo do seu próprio contexto.

As ideias simbolizadas referem-se aos fenômenos básicos de nossa existência real ou do nosso dia-a-dia, tais como, nossos próprios corpos, a vida, a morte e a procriação. Estes fundamentos, em relação a nós próprios e à família da qual somos membros, mantêm para nós, durante toda a vida, sua importância original e a energia flui deles para todas as ideias derivadas. Quando o sonhador utiliza símbolos, a cada sonho haverá símbolos universais ou criará novos símbolos, “sendo inseparáveis de seu ambiente, como por exemplo, navios para marinheiros, o arado para fazendeiros”.

Dito isto por outras palavras, o homem só sonha aquilo que existe no seu contexto, por exemplo, um moçambicano não pode sonhar com um urso porque não faz parte do seu meio ambiente. Do mesmo modo, oferece subsídio para entender a relação entre o Estado e a Cultura moçambicana tanto no período colonial e pós-colonial, e elenca-se elementos empíricos que sustentam as nossas percepções sobre a cultura em Moçambique. De modo geral, introduz-se a história de Moçambique e da presença estrangeira para melhor situar ou orientar os leitores sobre a temática em discussão. Assim sendo, para Siliya (1996:41), o atual território que hoje é chamado Moçambique era conhecido nos tempos remotos através das suas atividades de comércio. Foi assim que os portugueses apareceram por esta região a caminho da Índia, à procura do famoso ouro que, na altura, era a base do comércio entre Estados.

Para Sousa (2017)¹, a cultura no período colonial era ditada pelos colonizadores portugueses, pois tudo que os “negros” moçambicanos criavam e recriavam, não era considerado como cultura mesmo os nossos hábitos e costumes. Não eram permitidos

¹ Diário de Entrevista, 21 de Junho de 2017.

expressar seus sentimentos, emoções, manifestações culturais porque estavam subjugados ao jugo colonial. Em Moçambique a cultura como unidade nacional foi concebida como propriamente dita depois da proclamação da independência nacional.

Para Meneses (2014:247), “desde a proclamação da independência em Moçambique a 25 de Junho de 1975, o governo de Moçambique sempre reservou um lugar especial para a cultura, no conjunto das prioridades definidas nos diferentes planos e programas de governação”. Ainda segundo o autor, um pouco como consequência da forma como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), considerava a cultura já desde o tempo da luta de libertação nacional, esta mereceu sempre peculiar destaque, destaque esse que se corporiza pela inclusão da cultura na lei mãe, desde a primeira Constituição como abaixo se demonstra.

A Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, no nº 3 do Artigo prevê que “A República Popular de Moçambique tem como objetivos fundamentais [...] a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social”. Na Constituição da República de Moçambique de 1990, no seu Artigo 53 estabelece que “O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. O Estado Promove a difusão da cultura e desenvolve ações para afazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos”.

Finalmente, na constituição da República de Moçambique de 2004, nos Artigos 94 e 115 está prescrito que “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de criação científica, técnica, literária e artística. O Estado protege os direitos inerentes à propriedade intelectual, incluindo os direitos de autor e promove a prática e difusão das letras e das artes. O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. O estado promove a difusão da cultura moçambicana e desenvolve ações para fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos”.

Em primeiro importa referir que o conceito de cultura é inacabado, pois, remete-nos a diferentes concepções a respeito do mesmo. A diversidade cultural, ou seja, a existência de diferentes culturas entre indivíduos é, segundo Linton (1943), algo associado à dinâmica do processo de aceitação da sociedade e está ligada também aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidades e variedade. Frequentemente a diversidade encontra-se na comunhão de contrários, na intersecção de diferenças, ou ainda na tolerância mútua.

Quanto a universalidade da cultura, assume-se nesta esfera que “nenhum homem é inculto” confirmando desta que o ser humano está inserido numa história, num povo, nas crenças, nas formas de se expressar e comunicar com mundo. Salientar que estes aspectos regem a vida do homem desde o seu surgimento, no seu desenvolvimento até a morte, por exemplo a política do multiculturalismo que preconiza o reconhecimento de uma cultura pela outra.

Para Coelho (1997:103), “a Identidade Cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve a partilha de patrimónios comuns como a língua, a religião, a arte, o trabalho, entre outros. É um processo dinâmico, de construção contínua que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço”. Não podemos abordar a identidade cultural moçambicana sem considerar a ideia de moçambicanidade, que segundo Tivane (2015), é representada por símbolos generalizados a todos os considerados moçambicanos, porém, reconhecemos que as pessoas participam de maneiras diferentes da cultura, por isso, impossível falar em uma identidade homogénea.

Apesar das tentativas de unidade nacional, a diversidade ou pluralidade de culturas em Moçambique não podem ser simplificadas. Tendo em conta o conceito de cultura enunciado por Fabietti (2002, citado por Martins, 2009:43), a cultura é um conceito que está em crise, e deve ser reformulado devido ao próprio processo de globalização em que estamos mergulhados. Para Tshyembe (2014:53-54), a cultura nacional só pode ser fruto da “fusão prolífera” de duas matrizes culturais: a historicidade africana e a historicidade europeia, considerando a impossibilidade de a nova cultura ser total e autenticamente africana.

Por conseguinte, o Estado pós-colonial nem se quer tomou conhecimento do conteúdo da cultura nacional a promover, limitando-se a suscitar nas massas necessidades geradas artificialmente, através da organização da envolvência que atua sobre a percepção, a representação, a simbolização dos objetos, pela promulgação de leis que reprimem determinados atos ou comportamentos para beneficiar uma política pseudo-nacional. A mesma visava “matar a tribo para construir uma nação”, tendo-se observado a repreensão e banimento da produção, criação e manifestação cultural dos vários grupos étnicos que compõem o mosaico cultural nacional. Assim, Vassoa (2010:109), refere que “a cultura nacional sempre esteve desafiada por relações internas e externas de cunho social, económico, político, militar, geopolítico e outros”. Esse desafio interno e externo da cultura nacional pode ser de âmbito local, regional ou internacional,

cujas fronteiras, em alguns casos são cada vez mais difíceis de delimitar precisamente sem se fazer um estudo histórico antropológico.

Considerações Finais

Sendo o conceito de cultura inacabado, o qual nos remete à diferentes concepções, vários autores trazem a definição do conceito de cultura com diferentes abordagens, mas com uma convergência no conteúdo. Neste sentido, estas definições convergem na medida em que mostram-se com características de uma coletividade, dado que o ser humano busca suportes dos modelos culturais a partir do nascimento, infância, adolescência, fase adulta até a sua morte, pois a experiência existencial do ser humano integra a cultura, fornecendo-nos diferentes situações históricas sociais, aplicação e representação de significados determinados que cumprem uma função de redução da complexidade sobre o que seria a cultura na contemporaneidade.

Nota-se que, o símbolo é um fenómeno físico que é atribuído significado por aqueles que o utilizam, mas o seu significado não é atribuído, arbitrariamente, pela fantasia ou imaginação de um indivíduo, pois os símbolos são expressões da vida que se enquadram no comportamento social, pelo que se tornam formas comuns de expressão de ações dos membros da sociedade. Sublinhou-se que, a cultura é social, estável, dinâmica, seletiva, um mecanismo coercivo, universal, determinante e determinada. Porém, a cultura como símbolo, é acompanhada por um aspecto social que vem estabelecer-se através da ação e do significado, pois, desempenha um papel importante na transmissão de saberes e comunicação entre indivíduos em sociedade, visto que existem sinais ou símbolos que orientam a conduta e comportamentos dos indivíduos em diferentes comunidades.

Referências

- CASSIRER, E. (1971-1985). **Filosofia das formas simbólicas I. A Linguagem**. Fondo de Cultura Económica: México.
- COELHO, T. (2011). **Etnicidade Como Auto-Consciência da Especificidade Cultural e Social de um Grupo Particular**, Editora Campinas, São Paulo.
- COMISSÁRIO-GERAL DE MOÇAMBIQUE (1992). **Guia Para a Exposição Universal de Sevilha**. Museu Nacional de Arte de Moçambique, Maputo.
- Copans, J. (1981). **Críticas e políticas da Antropologia**. Perspectivas do Homem.

- COSTA, A. (2005). **Arte e Museus em Moçambique “Entre a Construção da Nação e o Mundo Sem Fronteiras”**. Editorial Verbo. Maputo: Moçambique.
- CRESPI, F. (1997). **Manual de Sociologia da Cultura**. Editorial Estampa, Lisboa.
- DE OLIVEIRA, I. R. (2011). **O Simbolismo nos Sonhos**. Jornada do Círculo Psicanalítico, Porto Alegre.
- DURAND, G. (1995). **A Imaginação Simbólica**. Edições 70, Lisboa.
- INALDA, J. F. (2011). O Simbolismo Inconsciente. **Revista Kínesis**, Vol. 3, nº 5, p. 356-365.
- JOÃO, B. (2000). **Abdul Kamal e A História de Chiúre nos Séculos XIX e XX: um estudo sobre as chefaturas tradicionais as redes islâmicas e a colonização portuguesa**. Arquivo Histórico de Moçambique – AHM, Maputo.
- LINTON, R. (1943). **O Homem, uma introdução à Antropologia**. Ed.Papirus, São Paulo.
- MARTINS, F. L. (2009): **Antropologia Cultural: Guia Para o Estudo**. Editora Paulinas, Maputo.
- MENESES, I. (2014). **Globalização, urbanismos e culturas locais**. ISArC, Matola.
- MOURA, M. R. (2000). **O Simbolismo em Cassirer**. Ideação, Feira de Santana, nº 5, p. 75-85.
- SILIYA, J. C. (1996). **Ensaio sobre cultura em Moçambique**. (S. Ed.). Maputo.
- TIVANE, F. (2015). **BCI é daqui ou está aqui?** UFRS, Porto Alegre.
- TSHIYEMBE, M. (2014). **Estado pós-colonial: factor de insegurança em África**. Edições Pedagogo, Luanda.
- VASSOA, A. V. (2010). **Comunicação social e relações interculturais: desafios e oportunidades da África Contemporânea**, Maputo.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): CAPAINA, Tubias Benedito Borge. Cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.334-351, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Capaina, Tubias Benedito Borge (out. 2024). Cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 334-351.